



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

QUILOMBO DA VARGEM GRANDE EM PETRÓPOLIS: CONSTRUÇÃO DA CIDADE IMPERIAL E RECONHECIMENTO DA POPULAÇÃO NEGRA

RENATA AQUINO¹

Resumo: Neste artigo discuto como o patrimônio cultural africano e afro-brasileiro foi construído na cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil. O patrimônio cultural da cidade é percebido por meio da ideologia que não a configura, trata-se do projeto de um espaço de população branco que não se concretizou. Proponho estabelecer novos parâmetros para discussão do espaço geográfico da região de Petrópolis por meio de outras explicações sobre o povoamento e desenvolvimento desta localidade. Cidade que a história oficial consagrou como cidade imperial e de colonização alemã, negando ideologicamente as atividades econômicas da região e tornando invisível a existência de população de maioria afrodescendente. Apresento neste artigo, uma discussão sobre a ideologia da colonização de alemã como solução para o Brasil, o que permite compreender a formação da ideologia sobre as origens populacionais e econômicas deste lugar. Do território ocupado e urbanizado por africanos e afrodescendentes, nasceu a cidade que, posteriormente, instalou alguns grupos de alemães e, nesta fusão populacional, constituiu-se a forte presença de populações negra e mesmo branca, de outra origem que não a alemã. O artigo se concentra nos documentos que demonstram a existência de população negra na localidade.

Palavras-chave: patrimônio cultural, ideologia de colonização, colonizador africano

Introdução

Bairros negros, cidades negras é um título emblemático propositor de que a gênese da maioria de bairros e cidades no Brasil são núcleos de populações negras (CUNHA JUNIOR, 2015). As especificidades históricas brasileiras ocorridas durante a colônia e o império levaram à constituição de uma população trabalhadora de larga maioria africana e afrodescendente em todas as regiões do país. Trabalho, especializado ou não, rural ou urbano, ficou para a história como sinônimo de trabalho escravizado, pensado como trabalho de negro e, uma vez assim definido, passou a ser compreendido com um trabalho desprovido de quaisquer técnicas e ciências.

Assim como a distorção do significado de trabalho na colônia e no império, a independência do país sem a abolição do escravismo criminoso é outra especificidade histórica brasileira que fez herdeiros de problemas estruturais focados nas populações

¹ Doutora em Educação (CNPq/UFC), mestre em Educação (Uerj), especialista em Estudos do Texto (UFRJ), licenciada em Letras (UFRJ), coordenadora de monografia (Cederj/Uerj). E-mail: reaquinno@yahoo.com.br.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

negras. Os problemas urbanos, as desigualdades sociais tiveram, e têm ainda, maiores incidências sobre as populações negras, o que também produziu a constante migração de populações negras para os territórios de fronteiras do desenvolvimento econômico. Durante a vigência do sistema de produção escravista e mesmo depois dele, a fuga de grupos de africanos e afrodescendentes das regiões de trabalho, produziu um imenso movimento de quilombos e mocambos que se tornou responsável pelo povoamento inicial de diversas regiões do país. Um exemplo é a região do Ceará grande que comportava os atuais estados do Maranhão, Piauí e Ceará, onde e a primeiras notícias de povoados refere-se à presença de núcleos negros fugidos das fazendas das regiões do açúcar no litoral pernambucano (RIBEIRO, 1995).

As cidades do interior nascem de assentamentos, pousos e avançam como arrabaldes, núcleos populacionais, distritos; terminam em vilas, estas fundadas ao longo dos caminhos, das estradas, nos pontos de cruzamento dos rios, nas subidas das serras, nos locais de entrepostos comerciais, constituindo parte da ocupação do território. O espaço geográfico se desenvolveu, produzindo um território habitado por populações anônimas nas inscrições produzidas e depois surgem as ocupações oficiais. Nestes territórios, é que foi ao longo de toda história do Brasil marcante a concentração de populações negras. Neste artigo, tomamos como base a proposição do intelectual baiano Manoel Querino (QUERINO, 1918) na qual a figura do africano é definida como colonizador do Brasil.

O império no Brasil é marcado pela sociedade agrária, latifundiária e escravista. Na Europa, se desenvolveram as sociedades industriais e as teorias do racismo antinegro (ODALIA, 1977). Todos os problemas relacionados como atraso econômico e das questões urbanas recebem um denominador comum como fonte: presença de uma maioria de população negra e mestiça. Problema que nas áreas de saúde e do direito ganham predominância na ciência brasileira na ideia de mal da raça (SCHWARTZ, 1993). Problema que é atacado contestada de forma pioneira pelo médico e pesquisador Juliano Moreira (PEIXOTO, 2000) que em sua tese de doutoramento declara, que todos os males de saúde mental das populações negras da Bahia não tinham nada de



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

particular relativo à raça ou aos trópicos e era resultado das condições sociais que estas populações eram submetidas. No entanto, a ideologia do mal da raça ou da inferioridade da cultura negra permanece praticamente intocável durante toda primeira metade do século XX.

Face às ideologias racistas que se formaram no final do século XVIII e se consolidaram no XIX, a imigração europeia tornou-se desde o império como tratarei adiante uma ideologia do estado brasileiro. No caso de Petrópolis, os alemães foram escolhidos como os colonizadores ideais, dando um argumento frágil para a lenda de uma cidade fundada por uma migração e colonização alemã. A história oficial torna invisíveis as populações negras que produziram o território na região da cidade. Contraposta a história oficial sobre Petrópolis que cristaliza a ideologia de sede imperial e de colonização alemã, demonstro que durante o império a cidade e a região foram um lugar de maioria africana e afrodescendente. Neste artigo discuto como a paisagem mental é construída, negando a existência de população negra e apresento as evidências e dados atuais desta. A paisagem da cidade é percebida através da ideologia que não configura a cidade, trata-se do projeto de um espaço branco que não se concretizou como desejado.

1. Petrópolis, paisagem mental branca em uma fábula de negação negra

Petrópolis é um município do estado do Rio de Janeiro, localizado no topo da Serra da Estrela que pertence ao conjunto montanhoso da Serra dos Órgãos, região da Serra do mar. Território que, segundo Antônio Eugênio Taulois², era praticamente desconhecida pelos colonizadores portugueses nos primeiros 200 anos de colonização, salvo por alguma expedição exploratória para tomar posse de sesmarias. Isso ocorria por causa do enorme paredão montanhoso de mais de 1000 m de altura que tinha que ser vencido para se chegar até lá. Além disso havia, também, a presença dos bravios índios Coroados que habitavam serra acima.

2 Professor Titular de Física na Universidade Católica de Petrópolis - UCP. Estudioso da história de Petrópolis sobre estradas e fazendas coloniais. Membro efetivo das Academias Petropolitanas de Letras e de Educação, do Instituto Histórico de Petrópolis, da diretoria do Museu de Armas Ferreira da Cunha e do Rotary Clube de Petrópolis.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

A abertura do “Caminho Novo” foi determinada pela Coroa Portuguesa, em 1698. Caminho do Novo foi uma necessidade de otimizar a viagem à Minas Gerais, antes feita pelo Caminho Velho, e proteger o ouro dos piratas e corsários nas imediações dos portos de Angra dos Reis e Paraty. Ouro encontrado na margem do Rio Funil, em Ouro Preto por um preto bandeirante; bem como a descoberta do diamante “Estrela do Sul” (QUERINO, 1918), que precisava ser transportado com mais segurança e agilidade de Ouro Preto à Baía de Guanabara no Rio de Janeiro.

O Caminho Novo atravessava os paredões rochosos da Serra da Estrela e passava-se pelas fazendas do Córrego Seco (atual Petrópolis). Estrada de 1.400km que ligava a cidade Ouro Preto, em Minas Gerais à Corte, no Rio de Janeiro, e atravessava a cidade de Petrópolis. Local por onde passaram diferentes grupos de colonizadores, trabalhadores de diversos ofícios, construtores, garimpeiros, ferreiros, oleiros, carpinteiros, caçadores, lenhadores, escravizados ou não, na maioria africanos e afrodescendentes. A estrada do ouro foi percorrida por tropeiros levando nas suas tropas de mulas e cargas de variados matizes a economia alimentar de subsistência também circula o abastecimento das cidades por esta estrada. Os diversos fluxos migratórios indicam um conjunto de marcadores de presença africana nas dimensões da ocupação e ordenamento territorial e de desenvolvimento regional.

O aperfeiçoamento das viagens às vilas mineradoras foi feito por indígenas e africanos que tiveram seus conhecimentos extorquidos pelos bandeirantes. Sobre os bandeirantes que até generalizados como europeus, faz-se necessário dizer que o sucesso no desbravamento das terras brasileiras se deve à da usurpação dos conhecimentos de indígenas e africanos e à parceria com o imigrante árabe. Imigrantes denominados no senso comum como árabes, comerciantes dedicados ao comércio de varejo nas cidades e nas estradas do interior. Os denominados mascates, que são imigrantes da Turquia, de países árabes e de países africanos muçulmanos. Os árabes já conheciam as condições e possibilidades de terras tropicais por conhecer o continente africano desde o século VII (QUERINO, 1918).



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Os árabes conheciam o modo de viver do africano nas florestas, nas planícies, nas matas e nas montanhas; conheciam também suas habilidades e conhecimentos de pecuária e agricultura. Os portugueses saídos de uma zona temperada para se estabelecerem em um clima ardente, diverso do da metrópole, seriam incapazes de resistir ao rigor dos trópicos, de desbravar florestas e arrotear as terras sem o concurso de um braço mais afeito à luta nessas regiões esbraseadas e combatidas pelo impaludismo devastador (QUERINO, 1918, pág. 147). O árabe era mais instrumentalizado do que o europeu para desbravar terras tropicais e para distinguir quais conhecimentos interessavam para a colonização das terras brasileiras. Os bandeirantes não eram necessariamente europeus e sim descendentes de portugueses, por vezes filhos de degredados, mestiços com índios e negros.

O que é conhecido por Petrópolis começou a ser mapeado em 1722, foi dividido em fazendas, das fazendas houve o plano de construção da cidade. A mais forte das teses – a do ouro – não explica o povoamento da cidade. As fazendas não são privilégio da região. Fazem parte de um projeto de exploração colonial, depois imperial. Na história das fazendas de Petrópolis, estão os contrapontos de uma fantasiosa narrativa para atrair turistas que podem ser resumidas em dois epítetos, é a Cidade Imperial e a Cidade do Colono Alemão.

Muito do que consideramos uma narrativa hegemônica da história da cidade foi encontrada nos arquivos do Instituto Histórico de Petrópolis – IHP, cujo *site* disponibiliza diversos textos que difundem e corroboram os dois epítetos da cidade. Reza a lenda que D. Pedro I abdicou ao trono e retornou a Portugal antes da construção do seu palácio imperial na serra. Coube à D. Pedro II, ao herdar as terras, executar o projeto de seu pai com a ajuda de seu Mordomo Imperial Paulo Barbosa, assinando o decreto nº 155, de 16 de março de 1843. E somente em 1857, foi elevada à categoria de cidade. Petrópolis foi capital do estado de 1894 até 1902, cuja fama de local ideal para veraneio das famílias abastadas adquirida durante o Império foi reativada durante a República devido ao fato de os presidentes se hospedarem no Palácio Rio Negro, o que tornava a cidade o centro



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

da agitação política do país. Por um decreto federal de 25 de março de 1980, Petrópolis recebeu oficialmente o título de “Cidade Imperial”.

Acreditamos na fusão de das teses do caminho do ouro e da construção de um palácio de verão para um imperador supostamente libertário para omitir marcadores históricos de presença africana e afrodescendente em Petrópolis. Devemos lembrar que as ideias de um país como sentido libertário se iniciam no século XIX e nasce da assinatura tratados internacionais com Portugal e outros países europeus. A proibição de traficar africanos escravizados foi usada como justificativa para a busca de mão de obra supostamente qualificada. A ideologia racista do Império apresentou como significado para qualificado o branco europeu.

Deste modo, da mudança no cenário político do Rio de Janeiro emergiu o discurso de que a construção da cidade de Petrópolis que teria usado mão de obra livre, já que “teoricamente” necessitava de força de trabalho dadas as transformações em seu contexto político-econômico. É prudente ressaltar que os dados históricos nos quais os argumentos estão apoiados não se referiram exclusivamente à Petrópolis, o que está em discussão é como os referidos dados ajudaram a tecer um discurso de invisibilidade de africanos e afrodescendentes na cidade.

A versão da participação dos alemães na construção do patrimônio histórico-cultural da cidade estrategicamente celebrada é uma versão apenas. É um discurso travestido de realidade para estabelecer uma narrativa que sufoca outras participações (Há bairros na cidade que fazem menção a outros grupos de colonos que por lá estiveram como os Quarteirões Brasileiro, Suíço e Italiano). Onde estavam os africanos e descendentes? Foram forçados a permanecer nas áreas de fazendas que não são descritas no Mapa dos Quarteirões, sob o discurso que o Brasil necessitava de força de trabalho livre e europeia em virtude das transformações do contexto econômico, foram criadas as condições para que os estrangeiros brancos viessem para o Brasil e para Petrópolis. De fato, boa parte da mão de obra imigrante utilizadas compunha um setor de trabalho livre, mas este não foi o único setor, trabalhadores livres de outras origens, e mesmo



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

trabalhadores escravizados. O número de imigrante é pequeno em relação a população da região e mesmo a expansão populacional imigrante também é pequena. Relativo à construção do palácio imperial com mão de obra livre não significa que seja toda ela europeia e imigrante. Cabe pensar também na existência de negros livres e libertos. Em 200 anos a história nacional escravista, sempre existiram processos de conquistas de liberdade.

Os colonos pretos fundaram Petrópolis, no entanto, a distorção do trabalho destes colonizadores está restrita ao acervo de objetos de tortura de escravos exposto no Museu Imperial. A exposição permanente, no referido museu, de instrumentos de tortura reitera a existência da população passível em ser torturada. Indica que o escravismo de Petrópolis deva ter sido semelhante à de outras regiões do país. Soa estranho que Petrópolis seja lugar onde o Império fincou raízes de uma corte sem africanos e afrodescendentes, visto que o trabalho doméstico das famílias ricas era na época realizado por esses; seja na condição de livres, seja na condição de escravizados de ganho, seja na condição de escravizado diretos. O escravizado de aluguel era muito comum, mesmo os que não possuíam escravizados e beneficiavam do trabalho de escravizados de ganho.

Cabe ressaltar que a história de Petrópolis é contada a partir de um projeto de palácio de verão para o Imperador e da chegada de imigrantes, que ocuparam terras mapeadas por bandeirantes, hipótese que sugere que os bandeirantes não trabalharam sozinhos e que os povos locais e os africanos e descendentes protagonizaram para essa história.

A opção por compreender o fluxo de conhecimentos técnicos dos povos negros na construção de Petrópolis e nos demais feitos atribuídos aos colonizadores europeus apoia-se no fato de que os portugueses saíram de uma zona temperada para se estabelecerem em uma tropical, cujo clima e condições geográficas lhes eram desconhecidas. Nesse sentido, o colono preto que se estabeleceu na América já era conhecedor do trabalho a ser desenvolvido, como bom caçador, marinheiro, criador, extrator do sal, pastor, agricultor, mercador de marfim, minerador de ferro – tempos o



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

africano conhecia o trabalho da mineração, pois lá abundava o ouro, a prata, o chumbo, o diamante e o ferro (QUERINO, 1980). É muito forte em Petrópolis o discurso de a cidade ter tido pouco escravizados, significar a não existência e negros. O que é mais evidente é a incompreensão da ideologia destorcida de liberdade encabeçada por um Imperador que apoia e se sustenta do regime escravista e um desconhecimento dos limites territoriais da cidade. Nunca houve Petrópolis branca, tampouco Petrópolis embranquecida. Os limites territoriais da cidade incluem as áreas de fazenda para onde as populações negras foram forçosamente deslocadas.

2. Algumas cidades nascem negras

Muitas vezes, a história é feita, vivida e transformada em memória, sem nunca ter sido histórica. Assim, fora das vias ortodoxas dos acervos do que se chama de fundação da cidade de Petrópolis, dezesseis africanos e descendentes se estabeleceram em uma região dessa cidade, conhecida atualmente como Fazenda Inglesa. Nem sempre os registros escritos ou os da memória nos ofertam todos os dados que consideramos necessários para recontar um fato, falta que somente impera através das lentes do eurocentrismo e se revela como um modelo de registro tão lacônico quanto à plenitude desses e à tipificação dos registros de quem é o que não pudesse ser visto na posteridade. Tanto é que, com certo pesar, vejo-me impossibilitada de listar todos os nomes desses honrosos que nos conhecimentos cotidianos se fizeram novamente livres e fundaram um bairro. Tenho somente a notícia baseada nos relatos de Dona Teresa e Pai José sobre os colonos negros fundadores. Permito-me compreender o fato narrado por Hugo José Kling, que assina como Mont Fleur as publicações dos dias 13/05 e 14/05/1932, intituladas Quilombo da Vargem Grande, no jornal Tribuna de Petrópolis, por meio do olhar de quem vê pistas para se reconhecer no desconhecimento de uma empreitada, põe em prática o saber viver em terras tropicais e não é leigo para nelas se perder ou ao pó delas retornar sem antes ter lutado.

Por volta de 1820, evadidos de uma fazenda dos arredores de Paty de Alferes, na cidade de Vassouras, e da Fazenda Pampulha, em Belo Horizonte, onze homens e cinco



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

mulheres africanos ou afrodescendentes empreenderam uma longa caminhada, por muitos dias, no interior da mata virgem, em busca de terras férteis, fonte de água e segurança de um lugar de difícil acesso que pudesse impedir qualquer investida de captores. Nominado Vargem Grande, o lugar definido para o grupo se estabelecer foi na nascente do Rio da Cidade, onde foi fundada uma sociedade quilombola que culminou com duzentos moradores que se refizeram livres.

Consta da reportagem que, para Dona Tereza chegar à Vargem Grande, foi preciso passar pelas terras da Fazenda do Padre Correia, a mais próspera comunidade agrícola e manufatureira do vale do rio Piabanha e situada na sesmaria de seu familiar mais expressivo politicamente, Manuel Antunes Goulão, que esteve entre os enviados da Coroa que dizimaram os índios coroados dos grupos étnicos puris e pataxós, que habitavam as terras nas margens dos rios Piabanha e Paraíba (NETTO, 2015). Esse parente ilustre esteve entre os que operaram o milagre da inteligência da pilhagem empreendedora da colônia portuguesa por meio do registro do caminho, que viria a ser chamado de Caminho Novo em um relatório enviado à Metrópole, em que foi pedido para conservar o trajeto até Minas Gerais feito e utilizado pelos índios da região (SCHAETTE, 1939).

Bernardo Soares de Proença, autor do relatório, nessa forma peculiar de propriedade intelectual, exemplificou um grave problema de compreensão do termo conservar. A carta à Coroa não diz que os portugueses foram os idealizadores nem os definidores do percurso, mas mostra que o caminho dos índios era o mais curto e seguro do que outro traçado e usado pelos portugueses. O discutível Caminho – não somente – do Ouro, que possibilitou o escoamento de mercadorias do interior do Brasil para a capital do Império, estava perto de terras muito amplas, como as da fazenda do Padre Correa, e próximo a outras que ainda seriam pilhadas.

A apropriada escolha de buscar local seguro atravessando as terras da referida fazenda se deu devido à proximidade ao trajeto usado para escoamento de mercadorias do interior do Brasil ao Porto da Estrela. Então, a partir dali, eles poderiam definir um ponto



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

que fosse seguro e montanhoso para que se constituíssem residência, estabelecessem policultura à moda africana e formassem uma sociedade livre. A meu ver, estar próximo às terras de uma fazenda, que oferecia hospedagem e alimentação aos tropeiros que transitavam pela via, era estratégico, pois podiam estabelecer contato com os demais colonos negros que integravam as tropas, como também oferecer integração ao grupo dos livres.

Será? O exercício da dúvida pelo caminho mais tradicional das vias do brancocentrismo heroico europeu se quebra com o relato sobre a designação dada ao Major José Cândido Fragoso (Imperial Guarda de Honra do Imperador D. Pedro I), no pior sentido, para o ato de “limpeza das serras dos malfeitores e dos escravos refugiados nos quilombos que se davam também aos assaltos às fazendas” (Comissão do Centenário de Petrópolis, volume VI, pág. 21). Esse registro de eugenia vincula a imagem dos colonos das sociedades quilombolas que se formavam na região, como muitos que foram feitos, tornando as vítimas de um regime pérfido em vilões. Por isso, a necessidade de os colonos negros terem feito uma caminhada durante dias no interior da mata fechada para a garantia de toda segurança na instalação. No entanto, de alguma forma, as notícias se difundiam entre os que buscavam morar em comunidade sem as interferências das agruras do colonialismo.

Inicialmente, eram feitos usos não autorizados de produtos das ricas fazendas da região para o sustento do grupo até que a produção do quilombo fosse suficiente para manter a comunidade. Afinal, eram vizinhos distantes da fazenda do Padre Correia, com farta plantação de frutas e produção de artefatos em ferro, principalmente ferraduras (Comissão do Centenário de Petrópolis, volume VI, pág.49), cujos trabalhadores escravizados eram tratados com “indulgência” e “constantemente ocupados” (Comissão do Centenário de Petrópolis, volume VI, pág.73). Embora nefasta, a indulgência de referido Padre pode ter facilitado a sobrevivência do grupo até a consolidação de Vargem Grande. É uma memória singular, mas não única. Esse tipo de sociedade é uma marca da formação das cidades brasileiras e, durante o período do escravismo, existiu em todo território nacional. Além da expertise de policultura em terras tropicais, os africanos



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

trouxeram para o Brasil muitos outros ramos de trabalho, como pecuária e extrativismo mineral, transplantaram para cá o mérito da primeira indústria de preparo direto de ferro, nas forjas de Minas Gerais, implicando o povoamento nas áreas onde se deu. Há registros desde o século XVI como uma continuidade histórica, desenvolvimento urbano e a expansão geográfica (MOURA, 1989).

Não era privilégio de Vargem Grande a organização interna para alimentar a comunidade. Após a consolidação da policultura, alguns produtos eram vendidos para o atendimento das necessidades da coletividade, organizando um tipo de economia comunitária que visava ao bem-estar do grupo. A organização do espaço se assemelhava a outras aldeias indígenas que outrora habitaram a região, mas diante da semelhança estrutural estavam as particularidades (MOURA, 1989). Os membros da comunidade construíram casas cujos telhados foram cobertos pelas palmeiras de uricana. Essas apresentavam diversas divisões para separar os solteiros dos que tinham família e, distintamente entre si, seguiam uma própria organização familiar, religiosa e econômica. Novas casas foram construídas para abrigar os que aspiravam à liberdade. A comunidade cresceu, formou uma pequena cidade com muitos moradores, aproximadamente duzentos, e era protegida, estrategicamente, por uma cerca de ipê e braúna, que impedia que onças e outros animais pudessem oferecer risco. Eram terras férteis e inacessíveis a quem desconhecia as informações que a natureza dá.

A divisão das funções era primordial para a sobrevivência da comunidade, pois o espaço poderia sofrer invasões periódicas. Assim, cada membro desempenhava uma função mantendo organizada a defesa da comunidade. Esses membros trabalhavam sim. Muito. Sempre dentro dos parâmetros da igualdade e da equidade de funções de acordo com a capacidade (MOURA, 1989). Defesa e sustento eram as principais preocupações do quilombo, por isso muitas armadilhas e diversas covas tinham no fundo pontas e espetos de pau irí, alguns envenenados. Essas covas eram recobertas com ramos que simulavam a serapilheira de mato, pronta para ceder ao passo de um incauto que sobre ela passasse. A eficiência da armadilha era tamanha que os caçadores evitavam se aproximar com medo do que pudesse lhes suceder, medo que durou muitos anos após



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

a extinção do escravismo. Na área da comunidade, eles fizeram uma pequena plantação. No entanto, era ineficiente para suprir todas as necessidades do grupo. Às vezes, encontravam algum caçador destemido que lhes fazia uma camaradagem e trocava a caça abatida por armas e munições, itens que eram de extremo valor.

Dona Teresa e Pai José já eram moradores da Vargem Grande há muitos anos, antes mesmo da assinatura do decreto que extinguiu, pelo menos teoricamente, a mão de obra escravizada no Brasil. Ainda que a liberdade reconquistada fosse usufruída há anos, as marcas da condição de escravizada ainda estavam presentes como cicatrizes na alma. Mont Fleur conta que Dona Teresa vertia lágrimas devido às lembranças de um senhor pérfido, que a separou do legítimo esposo por razões que ela não quis revelar, mas a mágoa dessa senhora é um dos milhares de provas cabais do senso de comunidade e de família das pessoas que estiveram na condição de escravizados. Dona Teresa nos deixou há muitos anos, faleceu num casebre no Alto Mosela (bairro vizinho à região da extinta Vargem Grande). Pai José já não se punha de pé devido à idade, mas se locomoveu, como pôde até o final dos seus dias. Dona Teresa, Pai José e os demais moradores de Vargem Grande, em 13 de maio de 1888, somente três meses depois, souberam do acontecimento, que pouco interferiu em suas vidas.

Não foi dito na reportagem como Dona Teresa e Pai José saíram do quilombo ou como a comunidade foi desfeita. Temos os topônimos onde estão as Barragem Vargem Grande/Quilombo da Direita, Barragem Vargem Grande/Quilombo da Esquerda e Barragem Rio da Cidade³, fontes de captação de água bruta para Petrópolis, que corroboram os estudos de Manuel Querino sobre o colono preto, os conhecimentos para viver de terras tropicais e a destruição de terras quilombolas por serem provas contundentes de enfraquecimento do regime, além de disputa por terras férteis e água. Técnicas que são respaldadas pela escolha dos moradores de Vargem Grande que ali estiveram sem degradar a mata local, sem poluir as águas, deixando marcas evidentes

¹ file:///C:/Users/Renata/Downloads/CADERNO_PEDAGOGICO_DE_HGPT_6_ANO%20.pdf (Acesso em 10/01/2017)



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

que o desenvolvimento com técnicas africanas se distingue daquele implantado pelos colonizadores europeus que era movido a desmatamento, extermínio e poluição.

As fotografias abaixo são da estrutura construída para captação d'água bruta e integração ao sistema de abastecimento da cidade. É possível verificar a preservação do local onde foi construída uma comunidade com 200 moradores como o do leito do Rio da Cidade, que se manteve intacto.

Figura 1- Rio que ligava os quilombos da Direita e da Esquerda



Fonte: Prefeitura Municipal de Petrópolis, Secretaria de Educação.

De Magé, partia o caminho para o interior das gerais, caminhos que propiciaram as urbanizações quilombolas semelhantes à Vargem Grande por toda a Província. Estava fora de cogitação o poder da administração pública encontrar os quilombos como também conduzir as tropas do império na caçada de tais comunidades.

O que a narrativa de cooptação pouco explora é a participação de homens negros nas forças armadas durante o Império, ainda que na condição de escravizados. O foco é a chamada dos ingleses para a integração das tropas, mas pouco se fala dos escravizados, muito menos das deserções e dos saques. As tropas brasileiras foram absolutamente ineficientes na perseguição aos quilombos no Rio de Janeiro, e os relatos descrevem os saques às fazendas e as fugas. Participar das forças armadas era uma forma de emancipação, mas também de boicotar as ações contra os quilombos. Foi atingida alguma eficiência na perseguição às comunidades negras após um homem cativo do defunto André de Souza ter sido ameaçado de morte e processado pelo Império, cuja pena também seria a morte (GOMES, 1997). Usaram da tortura como forma



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

de compensação da incapacidade de lidar com terras tropicais e com a resistência africana e afrodescendente ao cativo. Constatam dos registros do Arquivo Nacional⁴, que, em 1871, no segundo semestre, foram gastos 341\$111rs para a extinção do quilombo Vargem Grande (GOMES, 2007). A autonomia de produção de alimentos e captação d'água justificaria ações de uma repartição da polícia da província do Rio de Janeiro em dispor de uma verba de “despesa secreta” para investigações policiais sigilosas, como diligências⁵ contra quilombos.

Não encontrei nos registros do Arquivo Histórico Nacional informações da localização do quilombo, como também não há na cidade informações sobre essa invasão custeada pelo império; sobretudo, não há registro de quilombo homônimo. O que há é a desconfiança e a busca de informações para que o discurso da inexistência de dados não seja reproduzido, porque produzido já foi por meio da fragmentação de dados que sempre existiram.

O desconhecimento da lei não implica que Vargem Grande não tenha dado aulas de como civilizar e urbanizar o Brasil, ensinando boas maneiras, desenvolvimento urbano e organização social aos exploradores portugueses. Infelizmente, a sociedade foi dizimada. Houve demarcação das terras da região por ordem do governo para venda a prazo, encontraram ali as inscrições da presença e existência daquele núcleo em plena mata virgem. As marcas, que também são testemunhas de um processo de liberdade, estavam lá. Há relatos de pessoas que trabalharam no loteamento da área sobre a diferença entre a altura do mato crescido e a mata virgem como prova da intervenção

² AN, IJ 1, maço 457, 477 e 479, Ofícios de presidentes de província (RJ), 4º semestre de 1868, 2º semestre de 1869 e 2º semestre de 1871.

³ A necessidade desse conhecimento para a sobrevivência do poder da Coroa impulsionou movimentos de destruição dos quilombos, pois esse desenvolvimento urbano comprometia a imagem da Império dadas as dimensões que a urbanização negra. Eu suponho as razões para a destruição também pela implantação de uma sociedade africana que se mantinha a contrapelo do Império. Casos emblemáticos como: Quilombo do Ambrósio, na divisa de Ibiá com Campos Altos, ambos municípios de Minas Gerais, que chegou a ter mais de 15 mil habitantes e foi o maior e mais duradouro da história de Minas Gerais, dizimado em 1746; Quilombo do Campo Grande, entre São Paulo e Minas Gerais, com em média 10 mil habitantes, tinha 27 subdivisões, extinto em 1750; Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, Alagoas, abrigou cerca de 30 mil pessoas, o equivalente a 13% da população brasileira à época, ocupou uma faixa de 200 km (CARNEIRO, 2011).



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

humana: laranjeiras, pessegueiros, bananeiras, ramas de inhame, mandioca, vegetais nutrientes, louça, vidros, garrafas e sobras de ferramentas, pedaços de ferro e cobre. E as uricanas – as principais testemunhas, as que realmente viram de perto, infelizmente, – mudas para recontarem os eventos de uma época, que de certa forma ainda não foram suficientemente difundidos para além das angústias e sobressaltos de quem viveu livremente atrás das grades da apreensão de ser capturado.

Figura 2- Localização aproximada dos quilombos de Petrópolis (1938)



Fonte: Prefeitura Municipal de Petrópolis: Diretoria de Obras, 19386

Entre as memórias de Dona Teresa, está a do furto de uma vaca leiteira para salvar a vida de um bebê recém-vindo ao mundo cuja mãe tinha o seio estéril. Uma odisséia. Uma tragédia. Por alguns dias, deslocaram-se pelos caminhos - mata adentro - e, por causa da dificuldade de acesso, tiveram de carregar a vaca nas costas. Tanto esforço em vão. Empreitada que não impediu que a criança recebesse mais um gesto que materializava os valores africanos de que a vida vale todo esforço. Encontraram a mãe à beira da loucura, pois o filho jazia nos braços da paz. Ainda ali por perto existia um pequeno cemitério, evidenciado por um grande cruzeiro de braúna, que foi usado até 1908. Um objeto que dissipou qualquer ar de imaginação, do ímpeto de usar de todas as formas para voltar a ser livre. Um tronco de suplício aos que se rebelavam contra as

⁴ <http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss388.pdf> (Acesso em 10/01/2018)



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

condições a que eram expostos, instrumento de barbárie que nas mãos do Estado, representado pelos fazendeiros que usufruíam do sistema econômico sustentado pelo escravismo. Todo de ferro, mais de três centímetros de diâmetro, um sistema de fechadura ao centro, onde se introduzia uma enorme chave. A chave pode ter sofrido a justa ação do tempo ou a justa ação da perda da posse para a liberdade. Aposto em resgate épico de um amigo com o instrumento e tudo perfeitamente aceitável para quem carregara uma vaca leiteira e para quem fora vizinho da ferraria do Padre Correia. Talvez tenha sido a ação de um grupo numeroso que se aproximava, sorratamente, das áreas de fazenda; aliviando os que submetidos à tortura, não hesitando nem mesmo em carregá-lo até a comunidade, onde certamente maior era a segurança para abrir a fechadura.

Testemunhas só as uricanas que são mudas. Há outras como o hábito de plantar a própria comida, por meio do cultivo de pequenas hortas, a busca de proteção e solução das rezadeiras e das benzedadeiras que adentraram o cotidiano petropolitano subvertendo a fábula do imperador. Muito correlato às memórias de D. Teresa a publicação do jornal “Parahyba”, sobre a relação entre africanos e alemães. Esses últimos habitavam o quarteirão Mosela, que fica próximo à área do Vargem Grande e, ocasionalmente, faziam escambo de produtos. Havia também uma certa política de cooperação, por exemplo a notícia de um homem negro que atirou em um oficial de justiça ter sido abrigado na casa do senhor Jacob Weitzel.

3. Considerações Finais

A população negra herdou problemas estruturais específicos fundados na distorção do trabalho dos africanos e afrodescendentes e da independência sem a abolição do escravismo criminoso. Embora tais problemas sejam de toda sociedade brasileira, o foco incidiu sobre a população de maioria africana e afrodescendente que adentrou a história do país como sinônimo de trabalho escravizado, trabalho destituído de técnica.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Durante a vigência do sistema de produção escravista e mesmo depois dele, a fuga de grupos de africanos e afrodescendentes das regiões de trabalho, produziu um imenso movimento de quilombos e mocambos que se tornou responsável pelo povoamento inicial de diversas regiões do país. A cidade de Petrópolis é um exemplo da maquete para testes de aplicação da teoria embranquecimento, em que é negada de forma ideológica as atividades econômicas da cidade e da região, tornando invisível a existência de população de maioria afrodescendente. A ideologia de colonização alemã como solução para o Brasil explica a imigração alemã para referida cidade e também permite compreender a distorção sobre as origens populacionais e econômicas deste lugar.

A organização social e urbanização feitas com a criação do Vargem Grande, Tapera, Maria Conga, Kilomba ocorreram em processos semelhantes em todo Brasil. Técnicas especializadas em produção de produtos agrícolas, logística, culinária, química, mineração, fitoterapia, valores ancestrais africanos, e forte desenvolvimento econômico que renderam a Petrópolis a condição de se tornar um local propício para uma fábula de exclusão do em torno, por meio da cristalização dos limites territoriais, pela limitação de vínculo com as cidades próximas da região atualmente conhecida como Baixada Fluminense.

Parece que a chegada do colono alemão apagou tudo o que existia antes. Isso é uma estratégia interessantes como ficção, mas insustentável epistemologicamente. E ao negar o escravismo, usa-se do argumento de pouca presença, pois argumenta-se nas vias de ter havido poucas homens mulheres livres e libertos. E nos casos de ter havido nas regiões de fazendas, a argumentação segue na tese da negação da propriedade técnica e intelectual. De certa forma, esses problemas têm suporte da ludicidade perversa do reordenamento urbano, da derrubada de patrimônio material negro e de um coro institucional que nega os fatos, inclusive, de não ter sido obra do acaso bolsões de população branca nas regiões valorizadas e desenvolvidas, não somente em Petrópolis.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

4. Referências

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Bairros negros, cidades negras e população negra.** Trabalho aceito para COLAB-2015. In: C, Lisboa- 2015.

GOMES, Flávio do Santos Gomes. **A Hidra e os Pântanos. Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil** (séculos XVII-XIX). São Paulo, UNESP, Doutorado em História, 1997.

MOURA, Clóvis. **QUILOMBOS – Resistência ao escravismo.** Série Princípios. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1989.

ODALIA, Nilo. **O ideal de branqueamento da raça na historiografia brasileira** in: Contexto, São Paulo, Hucitec, volume 03, julho, 1977. PP.127-136.

PEIXOTO, A. **Juliano Moreira – Em Memória.** Ata da Sessão Ordinária de 23 de maio de 1933 (P.18 a 36). Anais da Academia Brasileira de Ciências. Tomo V, n. 2, junho 1933. p. 81 a 97. Daldalarrondo, P.; Oda, A. M. G. R. **Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico.** Rev. Bras. Psiquiatr. vol.22 n.4 São Paulo Dec. 2000.

QUERINO, Manoel. **O colono preto como fator de civilização brasileira.** In: Afro-Ásia, número 13, 1980, p143-158.

SILVA, Renata Aquino da. **PROCESSOS IDENTITÁRIOS E PRÁTICAS CULTURAIS DE AFRO-BRASILEIROS: um estudo sobre os movimentos negros e os negros em movimento.** 115f. Dissertação de Mestrado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação, fevereiro, 2010.

SCHAETTE, Estanislau Frei. **Pequena Ilustração.** Petrópolis, 17 de setembro de 1939.